



A DISSOLUÇÃO DO TRABALHO ESCRAVIZADO E A IMIGRAÇÃO COMO IMPERATIVO

Ricardo Lara¹

Maria Eduarda Mendes Alves²

Vitória Coutinho Oliveira³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o processo de dissolução do trabalho escravizado no Brasil e destacar alguns elementos históricos que, em conjunto, corroboram para o seu fim. Dentre esses elementos, a escassez da força de trabalho escravizada irá promover o incentivo ao processo imigratório, principal questão de investigação. Através da análise desse processo, abordaremos duas *Sociedades* de apoio a imigração entre os anos de 1884 a 1895, com destaque aos ideais e expectativas acerca do imigrante.

Palavras-chave: Escravidão. Imigração. Trabalho.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the dissolution process of the enslaved labor and the historical elements that corroborated to its end. Among these elements, the slave labor shortage will promote the immigration process that we will investigate. By examining this process, we will approach two Immigration Support Societies between 1884 and 1895, highlighting the ideals and expectations about the immigrant.

Keywords: Slavery. Immigration. Trabalho.

1. INTRODUÇÃO

¹ Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Serviço Social. ricardolarauf@gmail.com

² Universidade Federal de Santa Catarina. Estudante do curso de Serviço Social. dudameros@gmail.com

³ Universidade Federal de Santa Catarina. Estudante do curso de Serviço Social. vitoriacoutinhooliveira@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Este artigo aborda o processo de transição do trabalho escravizado ao trabalho livre na sociedade brasileira da segunda metade do século XIX, sendo necessário abordar os elementos processuais que contribuíram para o processo de abolição, e a sua relação com o incentivo à vinda massiva de força de trabalho imigrante ao país. Através desses pontos, pretendemos abordar as particularidades de duas *Sociedades* de apoio à imigração que tiveram papéis importantes na propaganda e consequente captação do imigrante para a composição da força de trabalho do país: a *Sociedade Central de Imigração* e a *Sociedade Promotora de Imigração*.

A escravidão configurou-se como o regime de trabalho no qual o indivíduo escravizado é o elemento principal para o processo de produção de riquezas. Durante esse período, a sociedade brasileira se ergueu sobre a dinâmica de exploração do indivíduo escravizado.

As pressões da Inglaterra, no século XIX, que obrigavam a proibição do tráfico internacional de escravizados resultaram como um das principais problemáticas para a sociedade escravista brasileira, no caso a escassez de mão de obra, que viria a aterrorizar a elite cafeicultora que dependia do trabalho cativo. Essa crise obrigou o surgimento de novas alternativas para a manutenção da produção agrícola e uma das possíveis soluções foi o processo de imigração como opção para a contenção da escassez de força de trabalho, uma vez que o trabalho do imigrante surgiu como alternativa viável e acessível financeiramente.

É nesse contexto, segunda metade do século XIX, que se intensifica a busca pelo imigrante. Tendo isso em mente, ocorreu a constituição de duas *Sociedades de ideologia modernizadora* que possuíam como principal objetivo a atração de imigrantes para o território brasileiro, através da divulgação dos benefícios da inserção da nova força de trabalho na economia brasileira pela iniciativa de propagação na Europa das supostas vantagens através da obtenção de terras para a fixação dos imigrantes. A *Sociedade Central de Imigração*, utilizando-se do

PROMOÇÃO



APOIO





periódico⁴ *A Imigração*, defendia a vinda não somente de imigrantes agricultores, mas também de artesãos e operários, através de um pensamento modernizador que buscava integrar os imigrantes na sociedade brasileira. Enquanto isso, a *Sociedade Promotora de Imigração* defendia, através do periódico *Correio Paulistano*, a vinda de imigrantes trabalhadores agrícolas, indo de acordo com os interesses econômicos dos cafeicultores paulistas e pretendendo submeter esse novo sujeito à mesma realidade dos trabalhadores escravizados.

Para promover essa análise, realizamos pesquisa documental das produções de ambas as *Sociedades* de imigração, com o intuito de elencar suas diferenças, ideologias de divulgação e objetivos particulares. Através disso, elaboramos o *perfil do imigrante* prendido durante o período. Além da análise documental, fundamentamos as informações históricas em autores que abordam a temática.

2. A CRISE DO ESCRAVISMO E A IMIGRAÇÃO INCENTIVADA

O trabalho escravizado determinava a forma pela qual a sociedade brasileira se configurava, sendo o alicerce de todas as relações estabelecidas e acentuadamente as relações econômicas e políticas. Devido a essa configuração, quando o processo de escassez de força de trabalho escravizada se inicia, a elite cafeeira busca alternativas para impedir o colapso do escravismo, que acaba ruindo ao longo do tempo. Dentro dessas alternativas, o incentivo ao processo de imigração surge como uma alternativa que processualmente resultará no movimento de transição para um novo modo de *produção especificamente capitalista*.

A forte pressão inglesa – que criticava e reprimia a prática do escravismo no Brasil – desencadeia uma crise no regime de trabalho escravizado, que se encontrava incompatível com os novos interesses do modo de produção capitalista

⁴ Nas citações dos periódicos mantivemos a escrita da época.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



mundial. Isto ocorreu porque a Inglaterra, que se encontrava em desenvolvimento e em plena Revolução Industrial, buscava um mercado brasileiro que não vingaria enquanto o escravismo estivesse presente em solo nacional. Em contrapartida, com o trabalho assalariado inserido na economia brasileira, mais pessoas teriam condições financeiras de adquirir mercadorias manufaturadas produzidas pela economia inglesa. Portanto, os interesses ingleses em acabar com o escravismo no Brasil não surgiram por questões humanitárias, mas por interesses econômicos.

Apesar da pressão inglesa em acabar com o escravismo no Brasil, a sociedade brasileira não aceitou com facilidade essa imposição, uma vez que considerava necessária a presença do indivíduo escravizado para laborar nas plantações de café e, por consequência, manter a economia funcionando. Assim, antes da abolição da escravatura, surgiram as conhecidas “leis para inglês ver”, que tinham como objetivo demonstrar à Inglaterra que o Brasil estava se movimentando: a Lei Feijó, de novembro de 1831, buscava proibir o tráfico de escravizados para o solo brasileiro. Porém, não existia grande preocupação em fiscalizar ou garantir que a lei fosse cumprida.

Quase vinte anos depois, em 1850, foi promulgada a Lei Eusébio de Queiroz, que reprimia o tráfico de africanos para o país e buscava efetivamente punir aqueles que insistiam no crime. No entanto, o tráfico interprovincial, que até então era inferior se comparado ao comércio africano, continuou ativo e crescente: escravizados eram transportados de outras regiões em direção ao Sudeste, que se encontrava em movimento de grande expansão econômica, principalmente as lavouras de café.

Após o fim do tráfico internacional de escravizados, iniciou-se um processo lento, baseado nos interesses das elites cafeicultoras, até que a abolição da escravatura fosse alcançada. Em 1871, foi aprovada a Lei do Ventre Livre, que garantia que crianças nascidas de escravizados, a partir daquele momento, não poderiam ser escravizadas. Em 1885 foi promulgada a Lei dos Sexagenários, que

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



garantia a libertação de escravizados acima dos 60 anos. Isso ocorreu a partir da preocupação que se agravou sobre os possíveis impactos políticos e econômicos que o Brasil poderia sofrer, bem como a quebra de alianças diplomáticas com países que defendiam a abolição da escravidão. O envolvimento de movimentos abolicionistas, juntamente com a resistência e revolta dos escravizados, foi de grande influência para que em 13 de maio de 1888 fosse decretada, por meio da Lei Áurea, a abolição da escravatura no Brasil.

Dentro desse processo de enfraquecimento do escravismo no Brasil, a falta do trabalhador escravizado obrigava a elite da época a promover a vinda de imigrantes europeus ao país, com o intuito de manter a produção sob seus moldes, sendo este o motivo do surgimento das *Sociedades* de imigração, foco central de nossa análise. Com a necessidade de inserir a nova força de trabalho na realidade brasileira, são criados sistemas de incentivo à vinda do imigrante, que inicialmente se estabeleceriam através do sistema de parcerias. Conscientes da impossibilidade de promover a vinda destes sob um trabalho de caráter escravista, a elite instituiu esses sistemas com o intuito de trazer a população empobrecida europeia sob a condição de colonos que trabalhavam sobre a terra até conseguirem, em raros casos, o necessário para a sua própria obtenção. Sobre esta relação com a terra, os cafeicultores, pressionados pelas mudanças e a ameaça da dissolução do escravismo, buscam formas para a manutenção de sua hegemonia e a consolidam através da criação da Lei de Terras de 1850. Essa lei origina o ponto chave para a transformação do modo de produção: através dela, a elite irá transpor a capitalização posta sobre o trabalho escravizado para a terra, tornando ela o elemento essencial para a produção. Nesse caso, apenas terá acesso a terra aqueles possuidores das riquezas necessárias para a sua compra. Quando essa mudança é instaurada, os desdobramentos da abolição resultam no não acesso da população escravizada à terra e na coerção ao trabalho assalariado ou formas correlatas. Todo esse processo mostra-se necessário, pois, com a alteração do “elemento de trabalho/mão de obra”, a sociedade passa a necessitar de um

PROMOÇÃO



APOIO





processo coercitivo que vá além dos estabelecidos pela escravidão, uma vez que a população imigrante, possuidora de origem da relação capitalista de trabalho, não se sujeitaria a forma de exploração escravista.

De acordo com Martins (2010, p. 70):

Combinavam-se de novo, sob outras condições históricas e, portanto, de outra forma, aparentemente invertidos, os elementos de sustentação da economia de tipo colonial. A renda, até então capitalizada no escravo, tornava-se renda territorial capitalizada. Se no regime sesmarial, o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa. No Brasil, a renda territorial capitalizada não é essencialmente uma transfigurada herança feudal. Ela é engendrada no bojo da crise do trabalho escravo, como meio para garantir a sujeição do trabalho ao capital, como substituto da expropriação territorial do camponês, que, no advento do capitalismo, criou a massa de deserdados apta a entrar no mercado de trabalho da nova sociedade. Aqui, a propriedade teve a função de forçar a criação da oferta de trabalho livre e barato para a grande lavoura. Foi aqui o meio substituto da acumulação primitiva na produção da força de trabalho, com a mesma função: a expansão do capitalismo só seria possível com o surgimento de uma massa de trabalhadores livres porque livres dos meios de produção para trabalhar por conta própria, sujeitos, portanto, à necessidade de trabalhar para o capital para sobreviver.

Essa mudança na posse da terra e, por conseguinte, no regime de trabalho faz a elite agrária tornar a terra o novo “elemento escravizado”, promovendo o incentivo e obrigando o trabalho livre (ou congênere) que surge para transpor o trabalho cativo. Uma vez que essa situação se torna o novo foco para a hegemonia da produção do café, as elites criam seus sistemas de imigração e as *Sociedades* de apoio tornam-se importantes mediadores desse processo.

2.1 A visão progressista da Sociedade Central de Imigração

Durante o século XIX, há o início de um processo que busca incentivar a vinda de trabalhadores europeus que se encontravam em situação de miséria e desapropriação em seus países natais. Oriundos de uma configuração social precarizada, muitos destes europeus eram contagiados pelo ilusório cenário

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



propagado acerca dos benefícios oferecidos pelo Brasil a esses trabalhadores e trabalhadoras. Promessas como custos para viagem quitados pelos cafeicultores, terras para sua própria obtenção, manutenção e custeio de gastos promovidos pelos fazendeiros, faziam com que os imigrantes criassem esperanças de uma vida melhor no novo país, o que acabava por não corresponder ao imaginado. Dentro dessa configuração, as *Sociedades* desempenharam um papel importante através da elaboração e divulgação da imigração para o Brasil.

Partindo desse cenário ilusório, a Sociedade Central de Imigração (SCI), fundada no Rio de Janeiro no ano de 1883, emerge com uma visão progressista e contrária ao pensamento hegemônico da época sobre os significados e expectativas acerca do processo de imigração. Para a sociedade, a vinda dos imigrantes era concebida como além de uma mera substituição da força de trabalho escrava, e seus integrantes defendiam a inserção desses trabalhadores ao país como participantes da sociedade, “[...] a fim de serem decretadas todas as medidas as reformas necessárias para que o estrangeiro ache uma verdadeira pátria no Brazil, sendo tomadas todas as medidas precisas para a recepção e collocação de imigrantes.” (A *IMMIGRAÇÃO*, 1884, Ed.1, p.1). Sendo estes capazes de tomarem suas próprias decisões ao chegarem ao país. Como meio de propagar suas ideias, a *Sociedade Central de Imigração* criou seu próprio periódico, denominado *A Imigração*, de financiamento autônomo e coletivo, com um total de 61 publicações divididas entre os anos de 1884 a 1891. Sua composição era promovida através de inscrições ou através da prestação de serviços e seus encontros eram através de assembleias mensais.

Através desses periódicos, a SCI deixava evidente seu ponto de vista, tendo como alicerce de seu estatuto e princípios a defesa e compromisso com a promoção da vinda dos imigrantes em grande escala, já que compreendiam a imigração como o processo de salvação para a nação, uma vez que a escravatura enfrentava sua crise. Além disso, tinham como dever promover o auxílio para a vinda deste contingente, garantindo que o processo ocorresse sob o cumprimento de seus

PROMOÇÃO



APOIO





trâmites legais. Outro elemento de extrema importância para a SCI era a promoção de propagandas sobre imigração, nos países europeus, tendo o intuito de divulgar os benefícios e promover a vinda dos estrangeiros ao Brasil. Para isso, possuíam ligações com europeus, para que estes fizessem a divulgação entre os países europeus e, além disso, criaram a ideia de um manual de divulgação do processo imigratório que deveria ser distribuído. Foi então elaborado:

[...] um pequeno livro em linguagem de alcance a todas as inteligências e que possa ser distribuído em todas as cidades, villas e aldeias da Europa, não só à imprensa, às municipalidades, aos curas, etc... como á todo aquelle que estiver nas condições de immigrar. (A IMIGRAÇÃO, 1884, Ed.5, p.7).

Além dos fatores citados, defendiam a elaboração de leis mais liberais acerca do processo de deslocamento e fixação, já que criticavam a má gestão do Estado sobre a execução imigratória. Devido a essa compreensão mais liberal, a SCI buscava um perfil de trabalhador europeu que correspondesse com seus ideais. Através disso, procuravam trabalhadores de múltiplas regiões dentro do território europeu, de ampla gama de ocupação (agricultores, artesãos e operários) e que viessem para o Brasil sob uma configuração livre, independente, pois eram contra a ideia de tutela imposta pelo Estado, tendo as condições de se tornarem proprietários. Esse perfil de imigrante era defendido, uma vez que os participantes da *Sociedade* compreendiam que os trabalhadores exerciam o trabalho de forma mais eficaz quando possuíam condições que os satisfizessem ao se fixar no novo território.

Destacamos um comunicado que questiona a remuneração do trabalhador imigrante e interroga se a sociedade brasileira está preparada para o trabalho livre:

Bem sei que tem sustento e têm roupa; mas sinceramente, os deputados da nação brasileira em 1884 podem concordar que 14\$ por mez seja remuneração devida ao serviço de um europeu que lealmente queria trabalhar? Si assim o entendem, então declaro com toda a sinceridade: a nação brasileira ainda não está decidida a se adiantar pelo braço livre. (A IMIGRAÇÃO, 1884, Ed.7, p.3)

Entretanto, a Sociedade Central de Imigração surgiu de forma independente, defendendo a vinda do imigrante como elemento fundamental para o futuro

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



econômico da nação. Foi, então, através desses ideais, que se orientou na busca da integração desta nova força de trabalho na sociedade brasileira.

2.2 Os cafeicultores e a Sociedade Promotora de Imigração

Fundada em São Paulo, no ano de 1886, a *Sociedade Promotora de Imigração* (SPI) era comandada principalmente por Antônio Prado, Martinho Prado Junior, Jorge Tibiriça e Visconde de Parnaíba, importantes fazendeiros paulistas. A proibição internacional do tráfico de escravizados, o desenvolvimento das lavouras de café, a necessidade de um trabalhador atuante neste campo e a inevitável abolição da escravatura fizeram com que a mão de obra imigrante se tornasse a mais adequada para substituir gradualmente o negro escravizado. O pensamento modernizador e a pressão diplomática da Inglaterra contribuíram com mudanças necessárias, ou seja, de observar o indivíduo escravizado como condição ultrapassada e com isso as atenções se voltam ao imigrante como possibilidade de resolver o “problema de mão de obra” da economia do Brasil. Além disso, o trabalhador livre brasileiro, em muitas ocasiões, não aceitava a condição de trabalhar ao lado dos escravizados, tornando a imigração a opção mais adequada e viável encontrada.

[...] As leis de imigração da província de São Paulo tiveram um duplo fim: facilitar e acelerar a substituição da mão de obra servil nos estabelecimentos agrícolas e povoar o território provincial por meio de núcleos coloniais. A influência dos lavradores na confecção dessas leis foi a mais manifesta e não seremos nós que a condenaremos. (CORREIO PAULISTANO, 1886, Ed. 09083, p. 1)

A *Sociedade Promotora de Imigração* utilizou-se, portanto, do periódico *Correio Paulistano*, entre os anos de 1886 a 1895, através de 2.696 edições, para divulgar o perfil do imigrante desejado, bem como as supostas boas condições que seriam encontradas por este trabalhador e sua família quando chegassem em solo brasileiro. Nessa perspectiva, eram buscados apenas indivíduos que trabalhassem nas lavouras e, como forma de convencimento, a SPI apoiava a vinda de todos os

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



seus familiares - esposas, filhos, crianças recém nascidas, pais idosos etc. Esse encorajamento em trazer famílias completas surgiu como estratégia de coerção, uma vez que, com a família estabelecida no Brasil, o imigrante possuiria maior dificuldade em se desvincular do trabalho no campo, visto que precisaria garantir a sobrevivência de seus familiares. Existia também o incentivo à vinda daqueles indivíduos que possuíam parentes já residentes na província e não eram aceitos homens solteiros. Essa busca pelo perfil ideal para o trabalho nas lavouras fez com que os imigrantes europeus de origem pobre apresentem as melhores características, sendo o italiano o grande contingente.

[...] Notamos com satisfação que o governo liga a devida importância a imigração italiana. Os bons resultados alcançados por esta imigração são hoje patentes e nada deveremos esquecer para acoroçoar-a por todos os modos. O imigrante italiano não pôde encontrar outro paiz de destino que melhores vantagens lhe ofereça; nós não podemos desejar imigrantes que mais se combine com os nossos usos e costumes do que esses homens operosos que tanto tem augmentado a nossa riqueza moral e intellectual. (CORREIO PAULISTANO, 1886, Ed. 09044, p. 1).

Enquanto veículo de notícias do Partido Republicano Paulista (PRP), O *Correio Paulistano* permitiu o diálogo e sociabilidade entre os intelectuais responsáveis pelo periódico e as elites cafeicultoras, utilizando suas páginas como forma de intervenção política e social, enquanto pensava as mudanças necessárias no país para que os problemas nacionais fossem solucionados. Notícias eram divulgadas acerca dos avanços culturais e industriais oferecidos através do trabalho imigrante, era prometido o reembolso das passagens pagas e hospedagem garantida na *Hospedaria* aos imigrantes que se deslocassem ao Brasil até que se estabelecessem em seus locais de emprego, era incentivado que os próprios imigrantes comunicassem aos seus conhecidos a qualidade de vida e trabalho ofertados no Brasil, acreditando-se que seria de maior convencimento as informações de experiências a partir de uma figura conhecida.

Segundo Kowarick (2019, p. 139), mediados pela *Sociedade Promotora de Imigração*:

PROMOÇÃO



APOIO



[...] chegaram ao porto de Santos entre 1890 e 1914 cerca de 1,5 milhão de europeus, dos quais quase dois terços com passagens pagas, encaminhados através da Hospedaria de Imigrantes para as grandes propriedades produtoras de café: a imigração líquida para o Estado de São Paulo no período foi de 600 mil pessoas. (KOWARICK, 2019, p. 139)

Portanto, apesar da figura do imigrante ter substituído em algumas localidades, em parte e pontual, o indivíduo escravizado, traços da antiga organização continuaram existindo, considerando que, diferente da *Sociedade Central de Imigração* que possuía interesse em tornar o imigrante parte definitiva da sociedade brasileira, a *Sociedade Promotora de Imigração* mantinha sua aspiração principalmente no desenvolvimento da cafeicultura, tornando o imigrante peça importante, mas somente como força de trabalho⁵. Além disso, existem diversos relatos de imigrantes que, ao chegarem ao Brasil, se depararam com uma realidade terminantemente diferente daquela que estava sendo divulgada a partir das *Sociedades* de imigração. Algumas famílias, ao não se adaptarem aos trabalhos nas lavouras, foram obrigadas a encontrar outras saídas, seja com nova imigração para a Argentina, migrações internas, ou até mesmo fugindo das fazendas de café para os precários centros urbanos.

3 CONCLUSÃO

As relações de trabalho da segunda metade do século XIX foram marcadas pela crise do escravismo (“problema de mão de obra”), que retirou paulatinamente o escravizado de cena e assombrou a elite cafeicultora, obrigando-a a encontrar alternativa para o trabalho nas lavouras cafeeiras, com isso, o imigrante surgiu como possível substituto do escravizado, oferecendo possibilidade para a abolição da escravatura e abrindo portas para o trabalho livre. Nesse cenário, duas

⁵De acordo com KOWARICK (2019, p. 99): “Criou-se, assim, um fluxo contínuo de trabalhadores, de antemão expropriados, que supria as fazendas com mão de obra barata. O trabalhador imigrante que saía das fazendas, por várias décadas, pôde ser substituído por seu conterrâneo que chegava, dando origem a um circuito contínuo de reposição da força de trabalho (KOWARICK, 2019, p. 99).”

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Sociedades de imigração surgiram com o principal objetivo de promover a vinda dos imigrantes ao Brasil: A *Sociedade Central de Imigração*, que buscava integrar o imigrante à sociedade brasileira, reconhecendo-o como indivíduo livre e autônomo, e permitindo que sua vinda ocorresse por vontade própria; e a *Sociedade Promotora de Imigração*, que não demonstrava grande preocupação na integração deste novo trabalhador à sociedade brasileira, uma vez que buscava indivíduos que obrigatoriamente trabalhassem no campo, estivessem dispostos a se manter disciplinadamente nas lavouras cafeeiras e fossem preferencialmente de origem italiana.

Dentro deste contexto, os periódicos elaborados pelas duas sociedades se mostraram de grande importância para a divulgação da imigração, uma vez que esta se apresentava como a melhor solução para resolver a escassez da mão de obra. Os periódicos também influenciaram a compreensão acerca do imigrante que se tornaria popular, pois promoveram ideologias e perfis que se configuraram como os mais adequados às necessidades do país e, principalmente, da elite cafeeira.

Após as análises dos periódicos *Correio Paulistano* e *A Imigração*, notamos que o perfil da *Sociedade Promotora de Imigração* se realizou com o trabalhador idealizado hegemonicamente pela elite cafeeira da época, ou seja, o trabalhador camponês europeu e sua família, que necessitava das supostas oportunidades oferecidas pelo Brasil e que aceitava certos níveis de exploração, o que se tornou predominante na imigração da época. Este foi o ideal de imigrante e um dos caminhos de desenvolvimento econômico pretendido pela elite agrária paulista.

REFERÊNCIAS

Boletim. **A Imigração** (1883 e 1891). Órgão da Sociedade Central de Imigração. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional. (microfilmado). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=239984&PagFis=1>&

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Pesq=>.

Boletim. **Correio Paulistano** (1880 e 1888). Órgão da Sociedade Promotora de Imigração. São Paulo. Biblioteca Nacional. (microfilmado). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_04&hf=memoria.bn.br&pagfis=1>.

CONRAD, Robert. **Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

MOURA, Clóvis. **O Negro: do bom escravo ao mau cidadão?**. Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

LARA, Ricardo; DIOGO, Pablo. R. A herança escravista de longa duração na formação do mercado de trabalho no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n. 145. São Paulo: Cortez, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.293>.

LARA, R.; DIOGO, Pablo. R. Abolicionismo e imigração na modernização socioeconômica brasileira. In: Ednéia Alves de Oliveira; Carina Berta Moljo. (Org.). **Fundamentos do Serviço Social, Questão Social e Políticas Públicas**. Juiz de fora: Editora UFJF, 2023, v. 1, p. 171-194.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2019.

PROMOÇÃO



APOIO

